



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça da Comarca de Siqueira Campos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos dezesseis de outubro de 2013, no Salão Azul do Santuário do Senhor do Bom Jesus da Cana Verde, nesta cidade e comarca de Siqueira Campos/PR, sob a presidência da Promotora de Justiça da Vara Única de Siqueira Campos, Dra. Nicole P. S. Mäder Gonçalves, presentes representantes de diversos segmentos da sociedade, sendo nomeada para secretariar os trabalhos a Oficial de Justiça Bruna Barone Barbosa, realizou-se a Audiência Pública com o tema "Direito à Cidade: urbanismo e meio ambiente em Siqueira Campos" para os fins do art. 27, parágrafo único, inc. IV da Lei nº. 8.625/93, regularmente convocada por meio de aviso de convocação publicado no edital da Promotoria de Justiça localizado no átrio do Fórum, divulgado através da página do Movimento Paraná Sem Corrupção – Siqueira Campos no Facebook, pela Rádio Cana Verde, pelo jornal Correio do Norte e por panfletos e cartazes distribuídos pela cidade. A audiência foi aberta pela Promotora de Justiça, quem destacou a importância do envolvimento da comunidade para a gestão democrática da cidade e para o combate à corrupção, sendo a Audiência um importante momento para o exercício da cidadania. Na sequência, foi dada à palavra ao Prefeito Municipal de Siqueira Campos, Sr. Fabiano Lopes Bueno, por 10 minutos, para que esclarecesse quais as principais ações da Prefeitura Municipal de Siqueira Campos na área do meio ambiente e do urbanismo. O Sr. Prefeito iniciou ressaltando as dificuldades financeiras por que passam todos os Municípios brasileiros, os quais não possuem recursos para desempenhar suas competências, ficando reféns da boa vontade do Estado e da União, e anunciou que a Prefeitura tem se empenhado em projetos para o asfaltamento das principais vias da cidade. Após, a palavra foi passada à Diretora do Departamento de Meio Ambiente Soraya Helena Queiroz Manoel, que em uma apresentação mais alongada, divulgou e explicou diversas ações do Município no que tange ao meio-ambiente, especialmente, a reestruturação e reativação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, a integração do Município a um Consórcio Intermunicipal de coleta e depósito do lixo, garantindo assim, a destinação correta dos resíduos sólidos, a coleta seletiva, campanha "bota fora o sofá" e a educação ambiental. Concluídas as intervenções, foi aberta a palavra



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça da Comarca de Siqueira Campos

aos presentes. O Sr. Vereador Aloísio Guerra Torres, primeiro a usar a palavra, cobrou da Prefeitura que fiscalize as condutas ilícitas do munícipes exercendo o seu poder polícia, destacou que boa parte da desordem na cidade poderia ser solucionada com fiscalização e notificação das infrações administrativas. Na sequência, o estudante Alessandro questionou a Diretora do Departamento do Meio Ambiente acerca do alcance da rede de saneamento básico e do cumprimento das obrigações da SANEPAR, atual concessionária que presta o serviço público de saneamento no Município. A Diretora explicou que atualmente a rede de esgoto e água tratada alcança 60% das residências, estando em construção uma estação de tratamento que deverá elevar esse percentual para 80%. Prosseguindo, o estudante Alessandro, novamente, questionou as razões que levam a ausência de um modelo de coleta seletiva nos moldes do programa "Recicla Tibagi" em Siqueira Campos, o que foi justificado pela Diretora do Meio Ambiente em virtude, principalmente, da resistência dos catadores de lixo em formar uma cooperativa e pela ausência de recursos para a aquisição da infraestrutura de esteiras de separação de lixo, problema este, todavia, que poderá ser solucionado em breve com a possível chegada de recursos da União a ser aplicado na aquisição aparelhos destinados à separação de lixo. Não havendo outros inscritos para o uso da palavra, o Vereador Aloísio questionou sobre a construção de uma fábrica sobre uma importante adutora do Município, dizendo que se trata de um antigo problema que ninguém se dispõe a resolver. A seguir uma cidadã ergue-se e lembrou que o município é rico em minas de água, que deveriam ser melhor cuidadas, disse que desde criança vive no município e que tem conhecimento de diversas obras erguidas sobre importantes minas de água. Outro cidadão aproveitou o momento para denunciar a grave situação urbanística e ambiental vivenciada pelos moradores residentes ao final da Rua Benjamin Constant, relatou a existência de um aterro de lixo na localidade, esgoto a céu aberto, minas de água mal utilizadas e problemas de moradia graves. A Promotora informou que no dia anterior recebeu a mesma denúncia na Promotoria e que um procedimento administrativo havia sido instaurado para apurar as responsabilidades. Seguindo-se, um adolescente pediu a palavra para dizer que a rua em que reside, Avenida do Contorno, está caótica em razão da ausência de cascalho ou asfalto, ressaltando que o tráfego intenso gera tanta poeira no local que alguns moradores, especialmente crianças, estão com problemas respiratórios. Todos os questionamentos relatados geraram debates intensos que foram mediados pela Promotora, presidente da sessão. Ao final, o Exmo. Dr. João Luiz Pastorelli, juiz desta Comarca, lembrou da necessidade de organização do trânsito, que atualmente não possui nenhuma orientação. O Prefeito disse que já adquiriu placas de sinalização que deverão ser instaladas nos próximos dias e que está em estudo a alteração dos sentidos de algumas




MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça da Comarca de Siqueira Campos

vias. Finalizando, a Promotora disse que o Ministério Público estava comprometido com busca da responsabilidade civil, criminal e administrativa para o caso da Rua Benjamin Constant e instou os moradores a formarem uma Associação de Bairro para facilitar a comunicação dos problemas ao Poder Público, tornando, assim, mais organizada e efetiva a luta por seus direitos, destacando, ainda, que essa associação seria um exemplo a ser seguido pelos outros bairros. Por fim, a Promotora de Justiça cumprimentou a todos, agradecendo a presença e participação e dando por encerrada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que encerrou-se às 22h20min. Bruna Barone, Bruna Barone Barbosa, Oficial de Promotoria, que digitei e subscrevo.

Siqueira Campos, 17 de outubro de 2013.


NICOLE P. S. MÄDER GONÇALVES
Promotora de Justiça